

Movimento pela democracia: a luta política do PCdoB na imprensa alternativa durante o processo de redemocratização brasileira (1979)

Movimento for democracy: the PCdoB's political struggle in the alternative press during the process of Brazilian redemocratization (1979)

Movimento por la democracia: la lucha política del PCdoB en la prensa alternativa durante el proceso de redemocratización en Brasil (1979)

Michelle Reis de Macedo*

Resumo: A partir da segunda metade dos anos 1970, durante o processo de abertura política no Brasil, a imprensa alternativa assumiu um papel fundamental na criação de uma opinião pública antitadura e na propagação de uma cultura de esquerda, ligada aos valores democráticos. Criado em 1975, o jornal *Movimento* atraiu, além de jornalistas sem espaços na grande imprensa, militantes de diversas correntes políticas, sobretudo do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Abandonando a estratégia da luta armada, parte daqueles que sobreviveram à repressão sentiram a necessidade de engajamento na luta política legal pelas liberdades democráticas e adotaram *Movimento* como porta-voz de suas demandas. A proposta, portanto, é refletir acerca das estratégias de luta de setores da esquerda brasileira pela democracia representativa através das páginas do jornal alternativo *Movimento*.

Palavras-chave: imprensa alternativa; democracia; PCdoB.

Abstract: From the second half of the 1970s, during the process of redemocratization in Brazil, the alternative press have been important to consolidate a public opinion against the military dictatorship and spread of a leftist culture, connected to democratic values. Created in 1975, the alternative newspaper called *Movimento* has attracted journalists that didn't have spaces in major newspapers and activists from many political groups, especially those of the Communist Party of Brazil (PCdoB). After abandoning the strategy of armed combat, many of those, who have survived the repression, have felt the need to engage in the legal political combat for democratic freedoms and have adopted *Movimento* as mouthpiece for their demands. The proposal, therefore, is to reflect about Brazilian left's strategies of struggle for representative democracy through the *Movimento*'s pages.

Keywords: alternative press; democracy; PCdoB.

Resumen: A partir de la segunda mitad de la década de 1970, durante el proceso de apertura política en Brasil, la prensa alternativa ha tomado un papel clave en la producción de una opinión pública contra la dictadura y en la difusión de una cultura de izquierda, vinculada a los valores democráticos. Creado en 1975, el periódico alternativo llamado *Movimento* ha atraído periodistas que no tenían espacios en la grande prensa y activistas de diversos grupos políticos, especialmente el Partido Comunista de Brasil (PCdoB). Después del abandono de la estrategia de lucha armada, los que sobrevivieron a la represión han sentido la necesidad de participar de la lucha política legal por las libertades democráticas y han adoptado *Movimento* como portavoz de sus demandas. La propuesta, por lo tanto, es reflexionar sobre las estrategias de lucha de sectores de la izquierda brasileña por la democracia representativa en las páginas de *Movimento*.

Palabras clave: prensa alternativa; democracia; PCdoB.

* Professora Adjunta de História do Brasil da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Durante o processo de transição política para um regime democrático a partir dos últimos anos da década de 1970, as expectativas das oposições contra a ditadura eram muitas. Embora desconfiando das propostas de distensão do governo, faziam a parte que lhes cabia: pressionar para que o ritmo da abertura política fosse acelerado. Cada agremiação, cada organização política, cada movimento social ansiava pela conquista de um espaço nas lutas contra a ditadura civil-militar. Divulgando suas pautas de reivindicação, todos estavam envolvidos no clima por redemocratização, entretanto, cada um, a seu modo, possuía a intenção de recrutar bases, apoios e militantes, tentando assumir o lugar de porta-voz de setores da sociedade considerados *vítimas* da ditadura. Nesse sentido, a disputa não se restringia à exigência do fim do regime de exceção, mas significava também, sobretudo para as esquerdas brasileiras, a afirmação como legítimo grupo de oposição. A busca pela consolidação de uma identidade como esquerda democrática implicou em rivalidades entre as oposições, as quais disputavam entre elas o papel de carro-chefe na luta pelas liberdades democráticas. Defendendo suas propostas e atacando as propostas concorrentes, as competições políticas ocorriam em todas as direções.

A afirmação de uma identidade naquele momento implicava não apenas uma disputa de espaços de poder, mas também um embate no âmbito da memória. Com a intenção de legitimar um olhar sobre *si* e reforçar fronteiras com relação ao *outro*, cada grupo elaborava uma narrativa sobre o passado, reinterpretando-o a partir dos interesses do presente, isto é, a viabilização do seu projeto político. Não raro esse esforço de ressignificação do passado para a construção de uma identidade no presente aparecia em discursos produzidos pelas esquerdas publicados nas páginas dos jornais alternativos. Portanto, refletir sobre a forma como os fatos são relatados nas páginas da imprensa, no sentido de se opor aos adversários políticos, ou até mesmo desqualificá-los, é um caminho viável para a análise das estratégias de elaboração de memórias.

Os jornais alternativos atuavam às margens de grupos ou tendências dominantes e, por isso, assumiam um duplo caráter: serviam como opção a jornalistas que não encontravam espaços na grande imprensa para suas ideias e questionamentos e, ao mesmo tempo, atraíam também políticos e militantes de esquerda que viviam na clandestinidade. A presença deste último grupo acabava por fazer do jornal um porta-voz de posições político-ideológicas de partidos ou

organizações de esquerda, que viam nesses periódicos uma forma de expressar legalmente sua luta política. Foi desta forma que se constituiu o jornal *Movimento* em julho de 1975, formado por um grupo de jornalistas e militantes de diversas correntes políticas. Mas não demorou muito para que essa diversidade política fosse motivo para conflitos internos, em que grupos minoritários almejavam conquistar espaço cada vez maior dentro do jornal e, para isso, deveriam superar o controle da linha política e teórica liderada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Desde a criação do jornal *Movimento*, integrantes do PCdoB consideravam-no um espaço viável para a divulgação da ideologia do partido e para o exercício de sua política. Naquele momento, após a repressão à guerrilha do Araguaia, o PCdoB encontrava-se desarticulado e, por isso, *Movimento* acabou se tornando referência para muitos de seus militantes. Mesmo sendo um jornal que abarcava várias tendências, muitas pessoas associavam sua imagem ao PCdoB, sobretudo após a dissidência de 1977, quando correntes trotskistas deixaram *Movimento* para criar *Em Tempo*, outro jornal alternativo. Portanto, analisando a participação de pecebistas no jornal *Movimento*, é possível identificar o projeto político defendido pelo partido naquele momento, em contraposição a outros projetos em pauta.

PCdoB contra o reformismo do PCB

O PCdoB surgiu em 1962 a partir de uma cisão do PCB, após o abalo das convicções do movimento stalinista.¹ Depois da chamada Declaração de Março de 1958, que adotou a tese da via pacífica para a revolução brasileira², seus críticos que pretendiam manter fortalecido o stalinismo saíram do PCB e organizaram o PCdoB. A partir daí, iniciou-se uma luta entre PCB e PCdoB pelo legado de *verdadeiro* representante da agremiação fundada em 1922. Embora opositores

¹ No XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956, os crimes de Stalin foram denunciados pelo líder soviético Nikita Krushev e mudanças na relação com os Estados Unidos foram delineadas, propondo-se uma política de coexistência pacífica entre as duas grandes potências mundiais, amenizando o clima belicoso da Guerra Fria. Essas questões logo se refletiram nos debates travados no Brasil entre os partidários do PCB. De um lado, havia aqueles que apoiavam a postura do PCUS; de outro, os mais ortodoxos que pretendiam manter fortalecido o stalinismo.

² A via pacífica para a revolução brasileira significava, naquele contexto, participação no jogo eleitoral e defesa de um conjunto de reformas estruturais.

da opção *reformista* adotada pela direção do PCB, os membros do PCdoB não aderiram à ideia da luta armada desde o princípio. Foi somente na segunda metade da década de 1960 que o PCdoB adotou a tese da “guerra popular prolongada”, a partir da aproximação com o maoísmo chinês e da reafirmação da ortodoxia stalinista. Em 1966, essa posição de defesa do uso da violência como forma de luta ficou mais evidente e, em 1972, foi posta em prática através da guerrilha do Araguaia. No entanto, ao contrário do que os militantes esperavam, a população não aderiu e a luta armada contra o Exército fracassou. Na zona urbana, o partido foi duramente perseguido e massacrado pela repressão policial. Depois disso, abriu-se no interior do debilitado PCdoB uma discussão acerca da experiência do Araguaia (SALES, 2007, p. 174).

No contexto de abertura política, a valorização da violência começou a dar lugar às lutas pelas liberdades democráticas. Após a derrota da experiência armada, as estratégias de militância foram redefinidas. O uso das armas como meio de luta perdeu prestígio entre as esquerdas brasileiras. O PCdoB foi uma dessas organizações e sua escolha política apareceu frequentemente nas páginas de *Movimento*, mas teve que enfrentar vários conflitos internos, além da censura implacável do governo militar.

Eram momentos de incertezas, em que os rumos do processo de mudança dependeriam das estratégias políticas adotadas pelos personagens em disputa e pelo lugar social que cada um ocuparia. Como partidos comunistas, portanto agremiações que pretendiam representar a classe operária, tanto o PCB quanto o PCdoB objetivavam legitimar-se diante dos movimentos sociais, sobretudo o movimento operário – forças que se reorganizaram em torno das demandas do momento: derrubar a ditadura em nome da democracia, das liberdades e dos direitos humanos.

O PCB, embora tivesse mantido a sua estrutura clandestina pós-1964, contribuiu com o MDB desde sua formação. Adotando a estratégia de luta democrática contra a ditadura, o partido legal de oposição ao regime parecia, à direção do PCB, uma opção viável (MOTTA, 2007, p. 291). Sendo assim, muitos militantes pecebistas tornaram-se também emedebistas após a lei do bipartidarismo, acreditando na tese da aliança com a burguesia nacional em uma frente política. Em parte, devido a esta escolha, o PCB perdeu espaço no movimento sindical e no campo das esquerdas mais radicais, mas mesmo assim atuou ativamente no processo de redemocratização nos anos

1970 e 1980. E sua tese foi reformulada: a luta passou a ter como fim último a democracia, que deixou de ser considerada apenas um caminho para se chegar ao socialismo. Ademais, embora afundado em crise interna, suas propostas de luta pela via institucional acabaram sendo majoritárias entre setores da oposição à ditadura.

Em junho de 1979, ainda exilado em Moscou, o secretário geral do Comitê Central do PCB, Luiz Carlos Prestes, aceitou conceder entrevista, à distância, para o jornal *Movimento*. Defendeu as liberdades democráticas, a luta do movimento operário, a anistia política, e quando foi questionado sobre a divisão dos comunistas no Brasil diante de uma eventual legalização do PCB durante o processo de abertura, não hesitou em responder:

Combatemos [...], no terreno político e ideológico, a posição adotada pelos que pensavam derrotar a ditadura através da luta armada de pequenos grupos desligados das massas e que subordinavam a elaboração da tática a esta única forma de luta. Para nós o indispensável era acumular forças, partir da luta pelas reivindicações imediatas, porque, só assim se elevaria o nível de consciência política e de organização da classe operária e demais classes e camadas trabalhadoras. Penso que, apesar dos erros que possamos ter cometido, a prática comprovou o acerto de nossa orientação. Hoje, os referidos grupos, no que tem de mais importante, já aplicam na prática a mesma tática de acumulação de forças e de ações de massas (PRESTES, 1979, p. 10).

Prestes referia-se a setores da esquerda marxista que optaram pela estratégia da luta armada; referia-se sobretudo, ao seu concorrente direto, o PCdoB. Num clima de exaltação dos valores democráticos, recordar-se da opção histórica do PCB pela via institucional de luta contra a ditadura poderia angariar simpatias para o partido e, talvez, contribuir para a reconquista do espaço político perdido. A ideia de que *entre os comunistas, apenas o PCB fez a escolha correta* repetia-se nos discursos de seus membros em atuação política naquele momento. Todavia, ao relembrar o golpe de 1964, Prestes fez mea-culpa em nome de setores do seu partido que, para ele, haviam sobrestimado a força das esquerdas e participaram de ações mais contundentes na luta pelas reformas de base, o que segundo ele, “precipitou o confronto de 1964”. Conforme sua avaliação,

O erro [...] foi o lançamento de consignas como, por exemplo, de “reforma agrária na lei ou na marra”, para ação imediata, quando ainda não havia forças para tanto [...]. Em 1964, diante da ameaça do golpe militar contra-revolucionário, o fundamental era a ação das forças democráticas em defesa da Constituição e do governo legal e não ameaçar com ações não-legais. A posição das forças democráticas e progressistas, inclusive, de nosso Partido, facilitou aos golpistas erguer a bandeira da defesa da Constituição e com isto arrastar ao golpe a maioria dos quadros das forças armadas (PRESTES, 1979, p. 10).

No ano seguinte desta entrevista, já no Brasil após a lei da anistia, Prestes foi destituído do cargo de secretário-geral após declarar críticas à direção do PCB que ficou no país e afastou o partido do papel de vanguarda do proletariado, transformando-o num partido *reformista*.

Era frequente nas páginas dos jornais alternativos o uso do adjetivo *reformista* para desqualificar o adversário político, como fez Prestes ao se referir a seus rivais dentro do próprio PCB. Ser qualificado de *revolucionário* parecia, para os setores das esquerdas em disputa, mais conveniente para ocupar o lugar de porta-voz dos trabalhadores. Mas a partir da segunda metade da década de 1970, o termo revolucionário estava adquirindo um significado novo. Se antes as esquerdas revolucionárias eram aquelas que empunharam armas contra a ditadura, naquele momento já não era mais incompatível ser revolucionário e defender a democracia representativa, tão rechaçada nos anos 1960.³ Assim como Prestes acusou seus correligionários do PCB de reformistas, membros do PCdoB também o fizeram, utilizando-se da mesma pecha para desqualificar o chamado “Partidão”. A crítica nesses moldes vinha desde o contexto de ruptura em 1962, quando os dissidentes defendiam a tese de que, a partir de 1957, uma direção “revisonista” e “direitista” havia tomado conta do partido, imprimindo a ele uma linha que caracterizavam de *reformista*.

Em agosto de 1979, o secretário-geral do PCdoB, João Amazonas, também concedeu entrevista, à distância, para *Movimento*⁴. Como Prestes, Amazonas mostrou desconfiança com relação ao projeto de abertura política do governo, que chamou de “ditadura

disfarçada”. Mas seu alvo incluiu não somente elementos da situação como também agrupamentos que se diziam de oposição. Para ele, a intensão era estabelecer um acordo – uma saída negociada – para manter o povo subjugado e explorado. O projeto de distensão da ditadura brasileira significaria:

um acordo tácito com os partidos revisionistas outrora revolucionários e com os sociais-democratas de várias nuances, à base de um Pacto Social destinado a conter a radicalização da classe operária e das massas populares. [...] Resta saber se nos conformamos com os projetos da reação, e se não temos presente o amadurecimento cada vez mais rápido de condições objetivas que conduzem o país a uma situação revolucionária (AMAZONAS, 1979, p. 12).

Sustentando a antiga rivalidade com o PCB, Amazonas ainda desconfiava da postura *reformista* do “Partidão”, insinuando haver uma possibilidade de pacto entre pecebistas e os políticos da ditadura no processo de abertura, com a finalidade de amortecer a luta de classes. Para ele e seus correligionários, não havia dúvida de que o PCdoB era o *verdadeiro* “partido da classe operária com mais de meio século de existência e quase vinte anos de rompimento com os revisionistas”. Portanto, estavam convictos de que eram os herdeiros de 1922, sua data de criação, e que 1962 foi o marco de sua reorganização. Os *outros* seriam apenas traidores da causa operária. Naquele momento, para eles, reivindicar essa memória e proclamar essa origem eram ações primordiais para se legitimar frente ao movimento operário na segunda metade dos anos 1970, tendo em vista a histórica relação dos comunistas com organizações sindicais antes de 1964. Não raro essa memória aparecia no jornal *Movimento*, sob controle do PCdoB, sobretudo após o racha de 1977.

Em *Movimento*, o PCB era descrito eventualmente como um partido oportunista, disposto a estabelecer com a ditadura uma relação de troca de interesses. Numa reportagem sobre o debate em torno da legalização partidária, o jornalista Flávio Carvalho⁵ reproduziu uma suposta declaração feita por um oficial dos órgãos de comunicação do governo, em que afirmou ser o PCB um partido viável para “se oferecer algo em troca do direito de atuar na legalidade”. O autor

³ Para setores da esquerda brasileira mais radical, a democracia representativa era um regime burguês, que atendia apenas aos interesses deste grupo social.

⁴ Naquele momento, João Amazonas encontrava-se na Europa.

⁵ Não há registros formais sobre a filiação de Flávio Carvalho Serpa a alguma organização clandestina naquele momento, mas é sabido que ele militou no movimento estudantil e há indícios de que era bastante próximo da Ação Popular (AP), organização que, mais tarde, se integraria ao PCdoB.

da reportagem afirma não se surpreender com o fato, para ele, previsível. O PCB estaria repetindo a mesma tática de 1945: unir-se aos queremistas para manter o governo em troca de uma Assembleia Constituinte. É o que o jornalista chamou de a “volta do queremismo com Figueiredo”⁶. Segundo suas palavras,

Não é incomum nem completamente surpreendente encontrar entre “oficiais de mais larga visão” a crença de que um partido comunista à la europeia, do tipo dito “eurocomunista” não é só tolerável como em certas circunstâncias até mesmo útil, pelo esperado papel moderador e gerencial que exerceria sobre as massas trabalhadoras, especialmente em períodos de crise, quando todos, até os “comunistas” seriam chamados a colaborar num pretenso projeto de reconstrução nacional, que deixasse para outras etapas menos graves a famosa questão da luta de classe (CARVALHO, 1979, p. 7).

Apesar das críticas ao *reformismo* do PCB, a proposta do PCdoB para o processo de transição política também consistia na defesa de uma frente democrática e da convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita. Avaliando as estratégias de luta armada adotadas em anos anteriores, os membros do PCdoB foram, aos poucos, optando pela luta menos clandestina, mais legal. Portanto, embora alguns ainda afirmassem a impossibilidade de derrubar o poder da classe dominante através de eleições, a tendência era a aproximação com o partido de oposição legalmente existente – o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Eram momentos de prestígio dos valores da democracia representativa, dos direitos humanos e das liberdades constitucionais; logo, utilizar os instrumentos legais do jogo político passou a ser uma escolha bastante satisfatória.

Para um dos dirigentes do PCdoB, Renato Rabelo, por exemplo, os direitos à liberdade deveriam incluir também “a liberdade de se pregar a revolução”, que na sua concepção só faria sentido com o uso da ação violenta. No entanto, Rabelo já começou a ver o MDB como uma opção viável naquele processo de abertura política. Em suas palavras, “o MDB no início foi um partido consentido, mas com o processo da luta política ele se transformou numa frente que hoje luta contra o regime ditatorial, incomodando-o” (RABELO, 1979, p. 12).

O MDB como partido de oposição foi mal recebido por setores das esquerdas desde seu surgimento em 1966 justamente pelo contexto e propósito de sua origem. Criado pelo regime autoritário para dar aparência de normalidade institucional, o MDB era considerado, até pelas palavras de Rabelo, “um partido consentido”. Entretanto, o bom resultado nas eleições parlamentares de 1974 deu sinais de que havia, em marcha, uma aproximação com o MDB de setores das esquerdas e, a partir daí, esse processo acelerou-se. Seguindo essa lógica, alguns integrantes do PCdoB, que acabaram de sair de uma experiência fracassada de luta armada, ingressaram no MDB; outros preferiram não participar diretamente, mas usaram-no como plataforma de divulgação de seus projetos políticos, assim como o PCB já fazia desde os primórdios (MOTTA, 2007, p. 296). Encontrando-se com o PCB no interior do MDB, o PCdoB disputava espaço com o “Partidão” e desejava a todo custo se legitimar como esquerda democrática, afirmando ter inaugurado a bandeira da defesa de uma Assembleia Constituinte. Renato Rabelo, em entrevista a *Movimento*, fez questão de destacar que, apesar da clandestinidade e dos golpes sofridos, seu partido possuía uma enorme influência junto ao movimento operário, estudantil e do campo. Prova disto seria a importância que adquiriu uma de suas bandeiras, a da Constituinte. Conforme suas convicções,

A ideia da Constituinte foi lançada na sexta conferência do Partido, em fins de 1965. E ela virou uma de nossas bandeiras seis anos atrás, antes que o MDB tomasse posição a respeito. Isso de um lado mostra a importância do Partido. De outro lado, mostra que as nossas posições estão sendo aceitas, que não estamos isolados. E isso, a nosso ver, se deve ao fato de a política do PCdoB ser flexível, ser ampla, e ao mesmo tempo ser revolucionária, combatendo toda possibilidade de adesismos e de conciliação. Graças a isso o Partido cresceu e hoje suas ideias estão nas ruas (RABELO, 1979, p. 12).

A partir das demandas do presente, o PCdoB buscava no passado elementos para a construção de uma narrativa que legitimasse seu espaço enquanto esquerda democrática num contexto em que defender o fim da ditadura militar significava propor um projeto político assentado nas ideias do fortalecimento de uma democracia representativa. Portanto, a releitura deste passado esbarrava numa experiência de luta que negligenciava a via institucional. A guerrilha do Araguaia não foi esquecida, mas suas estratégias

⁶ O queremismo foi um movimento popular, ocorrido em 1945, que reivindicava a manutenção de Getúlio Vargas no poder em plena crise do Estado Novo (MACEDO, 2013).

foram avaliadas e seus resultados discutidos. Defendia-se o *heroísmo* deste passado recente, mas ao mesmo tempo iniciava-se um processo de autocritica nos seus quadros.

PCdoB contra a *inexperiência política-ideológica* do PT

Sobretudo após o golpe de 1964, o PCdoB sofreu rachas internos e duras críticas de grupos de esquerda recém-criados. Denunciando o PCB e o PCdoB de *esquerda reformista*, os novos grupos se auto-intitulavam de *esquerda revolucionária*. Passaram a acusar os dois Partidos Comunistas de *imobilismo* por terem sido incapazes de resistir ao golpe. Para eles, a proposta de uma etapa intermediária democrática, nacional e burguesa para atingir a revolução socialista defendida pelos *reformistas* era inconcebível, pois o Brasil necessitava de uma revolução socialista imediata. Os que aderiram à luta armada em fins dos anos 1960 acreditavam que a revolução seria acelerada por meio de guerras de guerrilha, seja urbana ou rural, usando a violência contra o regime ditatorial. Afinal, o argumento do uso da violência pelo *oprimido* contra o *opressor* era considerado legítimo naquele contexto dos anos 1960.

Como na segunda metade dos anos 1970 estava crescendo uma demanda por espaços de legalidade, multiplicaram-se o número de jornais alternativos e de militantes dispostos a falar através destes veículos de comunicação. Com relação ao jornal *Movimento*, criado em 1975, a diversidade de correntes políticas era grande: além do PCdoB, havia membros da Ação Popular (AP), da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), da Ação Libertadora Nacional (ALN), do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e estudantes do Centelha, de tendência trotskista.⁷ Essa aliança entre stalinistas e trotskistas dentro de *Movimento* não duraria muito tempo. Muitos dos trotskistas membros desse jornal eram parte das chamadas esquerdas revolucionárias, que acusavam o PCdoB de *reformista*.

A coluna semanal de *Movimento* chamada *Ensaio Populares* foi duramente criticada pelo grupo Centelha, que a acusava de incentivar uma aliança com

a burguesia nacional. Segundo Bernardo Kucinski, essa seção era escrita sigilosamente por Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, adepto das teses do PCdoB (KUCINSKI, 2003, p. 9 e 10)⁸. A partir dessa polêmica, foram se polarizando duas correntes: os partidários do PCdoB e setores trotskistas. Para esses últimos, as teses defendidas pelos *Ensaio Populares* representavam o retorno às *velhas e ultrapassadas* concepções do PCB, ou seja, às práticas políticas do pré-1964; um argumento de desprezo pela experiência política desse período da história do Brasil. Com o acirramento da tensão entre os dois grupos, consagrou-se a ruptura em 1977 que deu origem ao jornal *Em Tempo*. Após o ocorrido, *Movimento*, que passou a ser um jornal de uma só tendência, aproximou-se cada vez mais de parlamentares da oposição emedebista.

Neste contexto de abertura, como já dito, o PCdoB disputava com o PCB o legado do partido criado em 1922, mas ao mesmo tempo sofria ataques da chamada *nova esquerda*, sobretudo correntes trotskistas, que o aproximavam do PCB ao considerar ambos os partidos herdeiros de um passado que deveria ser superado. Ou seja, eram taxados de *velha esquerda* e acusados de terem sido incapazes de evitar o golpe porque estavam associados aos vícios de um projeto político chamado de populismo. Com este conceito desqualificador, referia-se ao projeto trabalhista, representado, antes de 1964, pelo governo de João Goulart. Portanto, para a *nova esquerda*, as tradições de esquerda formuladas por trabalhistas e comunistas, sejam do PCB, sejam do PCdoB, eram consideradas práticas manipuladoras e, portanto, incompatíveis com o clima de redemocratização, tendo em vista que o movimento operário já havia adquirido consciência para lutar por sua autonomia.

A maior parte dos integrantes da *nova esquerda* eram trotskistas e rejeitavam a prioridade dada a uma frente democrática, por considera-la espaço de hegemonia de correntes liberal-burguesas. Combatiam a ditadura a partir de uma leitura marxista da realidade, destacando a necessidade de colaborar com a organização dos operários naquele momento de transição, mas sem pretensão de falar em nome deles, a fim de manter a liberdade de expressão das classes trabalhadoras. Pretendiam ser o *inédito* nas lutas democráticas, representar o *novo* e romper com o passado no campo das esquerdas tradicionais. Portanto, não foi difícil essa corrente política aproximar-se do Movimento Pró-PT,

⁷ A historiadora Maria Paula Nascimento Araújo apresentou um quadro das principais organizações de esquerda dissidentes e/ou independentes criadas ao longo dos anos 1960 e, depois, mapeou-as durante o processo de reorganização nos anos 1970, após o fracasso desta estratégia de luta (ARAÚJO, 2000).

⁸ Bernardo Kucinski é jornalista e foi um dos integrantes da dissidência do *Movimento* que deu origem ao jornal *Em Tempo*.

lançado em 1979, que tinha como finalidade organizar um partido formado por trabalhadores e que permitisse a participação ativa deles nas decisões políticas. Na concepção das esquerdas trotskistas, o Partido dos Trabalhadores (PT) parecia resgatar uma antiga utopia revolucionária, anunciada no Manifesto Comunista por Karl Marx, em 1848: a emancipação do proletariado deveria ser conquistada por ele mesmo, pois seria um partido independente de instituições legais, da tutela do Estado e de lideranças burguesas (AARÃO REIS FILHO, 2007, p. 507).

Em 1979, o PCdoB ainda passava por uma crise interna em torno dos incansáveis debates sobre a derrota no Araguaia. Mesmo assim, teve fôlego para realizar sua VII Conferência e traçar uma linha política de engajamento no MDB, como uma união de forças em combate à ditadura. Logo, assumindo uma postura mais moderada no contexto de abertura, discordava de posições mais radicais como a proposta de criação do PT. Num documento de 1981, o PCdoB acusava o PT de ser um partido “falsamente proletário”, que “surge com a reorganização partidária promovida pela ditadura, que veta de forma categórica a legalização do Partido Comunista do Brasil e de outras forças de esquerda, admitindo, porém, a criação de um partido daquele tipo” (apud SALES, 2007, p. 176). Neste mesmo documento, ainda insinuou que havia empresários e membros do governo interessados em criar um partido de trabalhadores. Assim como fazia com relação ao PCB, a estratégia do PCdoB era associar a proposta do PT aos interesses das elites ligadas ao governo da ditadura e ao sistema capitalista, no intuito de carregar sozinho a qualidade de *verdadeiro* partido dos trabalhadores. E essa concepção crítica ao PT frequentemente apareceu nas páginas de *Movimento*.

Na entrevista publicada em agosto de 1979, João Amazonas já deixou clara a postura da direção do PCdoB diante da iminência do surgimento do PT. Para ele, a demanda dos trabalhadores de ter um partido próprio era legítima, mas estava longe de ser o PT o ideal para essa classe social.

Os trabalhadores aspiram a ter seu próprio partido. É uma aspiração justa. A classe operária precisa se organizar de maneira independente, ter seu partido de classe, que não se confunda nem se misture com outros estratos sociais. Acontece, no entanto, que o partido dos trabalhadores – verdadeiramente de classe, verdadeiramente proletário, verdadeiramente socialista – já existe. É o Partido Comunista do Brasil, que sintetiza uma história e uma experiência

do movimento operário de cinquenta e sete anos de luta. Sob sua bandeira devem marchar, unidos, todos os explorados e oprimidos de nosso país. Organizar outro partido é criar uma força paralela (AMAZONAS, 1979, p. 12).

Mais uma vez, proclama-se a origem do PCdoB em 1922, somando-se, portanto, 57 anos de história junto ao movimento operário. Neste sentido, a legitimidade de um *verdadeiro* partido dos trabalhadores pertenceria ao PCdoB, que naquele momento de incertezas considerava inconsequente fragilizar as forças do MDB na luta contra a ditadura criando novos partidos de esquerda. Além disso, para Amazonas, era inaceitável um partido operário que não se preocupasse com uma base ideológica consolidada. Em suas palavras,

[...] esse partido, para ser operário no sentido exato do termo, necessitaria, antes de mais nada, ter uma ideologia proletária, científica, e se propor como objetivo a completa emancipação dos trabalhadores. É uma experiência mundial do proletariado. Ora, o partido que se pretende criar, apesar das boas intenções carece dessa base e se projeta como um partido reformista, um partido de sindicalistas (AMAZONAS, 1979, p.12).

O apelo à cientificidade – e à vanguarda – das antigas teorias do marxismo-leninismo não vinha apenas do secretário-geral do PCdoB. O próprio Duarte Pacheco Pereira, militante da Ação Popular (AP), adepto da linha editorial de *Movimento* e, portanto, defensor das ideias do PCdoB, em entrevista ao jornal, afirmou ser falha a proposta do PT no sentido de que se afasta da ciência, pois “o partido se forma a partir das lideranças que se destacam dentro do movimento de massas e a partir de uma proposta política que não pode ser formulada de maneira espontânea, mas sim pela ligação entre ciência e o movimento operário” (PEREIRA, 1979, p. 10). Para os integrantes do PCdoB, não bastava o pragmatismo das lutas por aumento salarial através de greves, o movimento operário precisava de ajuda para se aprender a teoria necessária e aplica-la à realidade. Apesar dos fundadores do PT afirmarem que a luta do novo partido não se restringia às demandas econômicas, o PCdoB continuava atribuindo-lhe esta característica.

Em outra reportagem, Duarte Pacheco Pereira identificou um outro problema do PT. De acordo com suas observações, embora o novo partido se restringisse a trabalhadores urbanos sindicalizados no início, aos poucos foi se abrindo para a participação de outros

grupos sociais, como camponeses, artesãos, estudantes, intelectuais, parlamentares e setores religiosos. No entanto, disse o jornalista, o PT não conseguiu incorporar as reivindicações específicas desses grupos diversos. Na prática, isso seria uma contradição, pois:

[...] esses diferentes setores sociais estão hoje representados por diferentes correntes políticas; incorpora-los implica em aceitar, sobre a base de uma plataforma imediata de ação, as diferenças de opinião quanto aos objetivos mais gerais. Ora, boa parte dos adeptos do PT insiste em apresentá-lo como um partido classista e recusa entendê-lo como uma frente popular. [...] Essa indefinição impede que o PT possa desempenhar o papel aglutinador das forças populares e democráticas mais consequentes que o momento exige (PEREIRA, 1979, p. 8).

O Movimento pró-PT ganhou visibilidade ao longo de 1979, em torno do debate de se criar um partido novo capaz de enfrentar as mazelas sociais, aprofundadas durante a ditadura, a partir das próprias reivindicações do movimento operário. Conforme afirma o historiador Paulo Henrique Martinez, o vínculo estreito com o mundo do trabalho, assalariado em especial, permitiu que o partido assegurasse a identidade social que se pretendia afirmar: dos Trabalhadores (MARTINEZ, 2007, p. 246). De fato, foi durante as experiências de luta sindicais, por meio de greves sobretudo, mas também durante o cotidiano árduo de trabalho dentro das indústrias, que constitui-se a base de origem do PT. O aprendizado político deu-se ao longo dos embates com patrões e o Estado, recusando-se a realidade que lhes era apresentada no momento. Para uma análise histórica, o conceito de classe thompsoniano é adequado, pois evita-se aplicar à prática um modelo teórico pré-estabelecido, perdendo de vista a historicidade da realidade social. Edward Thompson define classe como uma categoria histórica, construída a partir e durante as experiências vividas pelos seus integrantes, e não um conceito definido *a priori* por um arcabouço teórico, externo à realidade analisada (THOMPSON, 1979). Não bastam as relações econômicas para que a classe operária aconteça; as escolhas políticas partem também do referencial cultural, dos valores e da visão de mundo, que se constroem ao longo das experiências de vida e de luta.

Em fins dos anos 1970, significativos setores operários expressaram sua identidade política na formação de um novo partido, que proclamava

autonomia e independência da classe. Fazia-se uma leitura marxista da realidade, no sentido de superar o capitalismo em busca do socialismo, assim como faziam outros partidos e organizações de esquerda naquele contexto. Porém, a mobilização proposta pelo chamado *novo sindicalismo* demarcava a especificidade do mundo dos trabalhadores, com ênfase em demandas econômicas, separando-o de lideranças políticas, perseguidas pelo AI-5. De acordo com Francisco Martinho, para o *novo sindicalismo*, representado pela liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, o AI-5 da classe trabalhadora era a CLT (MARTINHO, 2007, p. 547).

Para o PCdoB, essa característica da base constituinte do PT minava a possibilidade de se ter uma ideologia consistente, uma análise científica do real, condição *sine qua non* para ser um partido de vanguarda operária, até porque não possuía tradição de luta, como o PCdoB por exemplo. Segundo Duarte Pacheco Pereira, era necessária:

uma definição ideológica muito mais precisa, a aplicação rigorosa dos princípios ideológicos e organizativos do socialismo científico, a elaboração científica de um programa e de uma tática condizentes com a época histórica atual e a realidade do país; e tudo isso tem que ser feito a partir dos ensinamentos positivos e negativos acumulados pela experiência histórica do movimento operário internacional e brasileiro (PEREIRA, 1979, p. 8).

A proposta do PT atraiu também setores da classe média urbana, líderes religiosos, integrantes do movimento estudantil, dentre outros grupos. Aí estaria a contradição do PT, segundo Pacheco Pereira, pois ora se definia como partido classista, ora se apresentava como partido de unidade popular. Para ele, não conseguia ser nem uma coisa nem outra, pois o PT, “nascido de sindicalistas urbanos e correntes políticas de inspiração social-democrática ou trotsquista, é estreito” e “não tem condições de congregar todos os setores que é indispensável reunir”.

Após retornar do exílio, José Duarte, líder do PCdoB, também concedeu entrevista a *Movimento* e não titubeou em afirmar que seu partido “é o único e autêntico partido dos trabalhadores”. Em seguida, declarou que não acreditava no funcionamento do PT, porque estaria surgindo a partir de sindicatos, cujos membros eram pessoas de várias tendências, muitas delas dizendo ser de esquerda, mas namorando a direita. Sobre isso, Duarte cita o próprio Lula como exemplo:

Quando a gente o vê se reunir com um representante da social-democracia alemã, a gente fica em dúvida. Ele tem certo prestígio entre os operários, mas há coisas que não podemos deixar passar despercebidas. Na greve do ano passado, ele só assumiu a liderança da greve a pedido dos patrões. Eu nunca entendi isso, talvez ele explique (DUARTE, 1979, p. 10).

Associar os adversários políticos no campo das esquerdas às elites econômicas e políticas da ditadura era uma estratégia constantemente utilizada, assim como tentar se afirmar como grupo mais reprimido e perseguido. Parecer ser o mais odiado por um regime que estava perdendo a governabilidade e sendo acusado de crimes bárbaros poderia ser um elemento importante para a construção da identidade de esquerda popular. Com relação a isso, o PCdoB parecia ter um marco de *heroísmo* na sua trajetória política: a Guerrilha do Araguaia. O PT não. Para os partidários do PCdoB, o Partido dos Trabalhadores não possuía experiência política e ideológica suficiente para reivindicar o lugar de vanguarda do operariado.

PCdoB contra o passado superado do trabalhismo

Outro concorrente do PCdoB, naquele momento, era o trabalhismo de Leonel Brizola. Na disputa pelo lugar de porta-voz dos trabalhadores, teve que lidar com a volta do exílio, em 1979, do maior herdeiro vivo do projeto trabalhista e sua proposta de construir um “novo PTB”. O trabalhismo era uma tradição com fortes ligações com o movimento operário nas décadas de 1950 e 1960 e recuperar essa memória poderia ser bastante desastroso para o projeto do PCdoB de conquistar a identidade de *verdadeiro* partido das causas populares. Portanto, as estratégias de desqualificação foram pesadas com Brizola e sua proposta política. Propagar-se-á, por meio das páginas de *Movimento*, o discurso de que o trabalhismo, enquanto *populismo*, era inviável para o momento de exaltação dos ideais democráticos, em que suas práticas autoritárias e manipuladoras não fariam sentido e nem teriam forças para alavancar. Por outro lado, alguns artigos mostravam um certo receio com relação ao retorno do trabalhismo durante a redemocratização, afirmando que, caso se fortalecesse, poderia ameaçar o avanço do processo democrático (MACEDO, 2015).

Era complicado para o PCdoB, naquele momento, se descolar de um passado histórico tão rejeitado pela *nova esquerda*. A partir daí, sua estratégia era elaborar um discurso que pudesse prestigiar sua atuação histórica de esquerda – em especial a guerrilha do Araguaia – na luta contra o regime militar, mas, ao mesmo tempo, afirmar sua nova proposta de luta pela via democrática. Portanto, destacava-se um passado de vanguarda da classe trabalhadora, mas um passado *glorioso* de lutas pelos *reais* interesses dos trabalhadores, e não um passado manchado pelo *populismo*. Esse era reservado para os comunistas do PCB, mas sobretudo para os trabalhistas do PTB. Nesse sentido, a crítica ao passado era um trabalho mais cauteloso para o PCdoB do que para os setores da *nova esquerda*. Era preciso distinguir o seu passado do passado *populista*, de *manipulação* e controle dos trabalhadores.

O conceito de populismo foi incorporado pelo imaginário coletivo com a função de estigmatizar líderes políticos que atuaram no período entre 1930 e 1964. Pejorativamente, ser populista, para setores das esquerdas brasileiras, significava ser oportunista na obtenção de votos, por meio da persuasão de trabalhadores e pessoas humildes através de discursos e promessas vazias. Seguindo a lógica dessa concepção, os populistas eram acusados de se aproveitarem da inocência e da falta de senso crítico desses grupos populares para alcançarem seus interesses e, uma vez no poder, criavam medidas paliativas que não tinham intensão alguma de sanar os problemas sociais. O alvo principal era o trabalhismo, projeto político inaugurado por Getúlio Vargas e, depois, reeditado por outras lideranças, como João Goulart e Leonel Brizola.

Por meio de uma interpretação marxista da realidade, culpou-se o trabalhismo por *desviar* os trabalhadores do seu *verdadeiro* caminho para a revolução socialista, pois impediu-os de enxergar a realidade da exploração que sofriam. Portanto, o trabalhismo estaria servindo aos interesses da burguesia, mas sem que os trabalhadores percebessem que estavam sendo usurpados. Até que, em 1964, a morte do populismo teria sido decretada, com a deposição de João Goulart. Setores da esquerda revolucionária previram, a partir do golpe, o aprofundamento das contradições sociais, que sem o populismo para escondê-las, iriam permitir a formação da consciência de classe dos trabalhadores, que estariam prontos para a revolução. Em uma reportagem anônima sobre as reivindicações do movimento operário, *Movimento* sustenta essa interpretação histórica:

Aquilo que a habilidade do populismo varguista lhe ocultara, isto é, que a estrutura sindical vigente era instrumento a serviço do capital e não dos trabalhadores, a ditadura militar se encarregou de mostrar-lhe à sociedade. Pois, se o populismo sempre conferira (e pretende conferir de novo) numa certa flexibilidade aos sindicatos para que a estrutura sindical não perdesse a credibilidade e permitisse o controle da classe operária, o regime militar não podia imitá-lo. Expressão do capital monopolista e de seus aliados, sua função foi viabilizar a intensificação da exploração da força de trabalho e a rápida acumulação capitalista (MOVIMENTO, 1979, p. 10).

Como não foi divulgada a autoria da reportagem acima, não há como saber se quem a escreveu era integrante do PCdoB. No entanto, observando outros artigos publicados no mesmo jornal, pode-se afirmar que essa leitura do passado também era defendida e compartilhada pelos membros desse partido. Baseava-se na tese defendida pelo intelectual Octávio Ianni, que ao analisar as razões do golpe de 1964, concluiu que o populismo havia entrado em colapso (IANNI, 1968). Rapidamente seu livro, publicado em 1968, tornou-se referência para setores da esquerda que criticavam a proposta trabalhista. Mas equivocaram-se: o espectro do populismo ainda parecia rondar a sociedade brasileira, sobretudo diante do retorno de Brizola à política. Era preciso, portanto, ter cautela para que o passado populista não irrompesse naquele momento.

Ao debater o pensamento do teórico político argentino Ernesto Laclau, o jornalista e militante do PCdoB Clóvis Moura pretendia alertar a sociedade brasileira sobre a possibilidade do retorno do populismo. Segundo ele, Laclau definia o populismo como “um movimento pendular, com uma linguagem dúbia, utilizada de acordo com a situação de cada crise”, cujas bases sociais às quais dirigia seu discurso “sempre foram insuficientes para assegurar o poder político”. Isso explicaria a queda de Vargas em 1945 e seu suicídio em 1954 e a deposição de João Goulart em 1964. Apesar de considerar superficial a reflexão de Laclau sobre o Brasil, Clóvis Moura acha urgente retomar, naquele momento, o debate sobre o populismo, o que explica a necessidade daquela matéria jornalística. O próprio título – *O populismo no Brasil: inconsistente?* – já sugere um questionamento que ele mesmo responde. Em suas palavras,

questionar o populismo numa hora em que ele volta a se manifestar a todo vapor em nosso cenário político não é uma questão escolástica, mas também – e sobretudo – prática. [...] Apesar das dúvidas que se possa levantar sobre as formulações teóricas de Laclau, devemos nos cuidar para não cair novamente naquilo que ele chama de “política pendular”, com alternâncias de ascenso populista e de épocas de repressão fascista (MOURA, 1979, p. 21).

É exatamente isso que Carlos Azevedo, jornalista e militante do PCdoB, fez numa matéria sobre o projeto de Brizola de recriar o PTB e reeditar o trabalhismo. E ainda vai além: para debater sobre o *perigo iminente* para a política brasileira, Azevedo elabora uma narrativa histórica, reinterpreta o passado trabalhista. Seu marco é 1930, quando Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho para enquadrar os sindicatos, a fim de “amortecer a luta de classes, impedir a organização independente da classe operária e criar condições para manipula-la em favor dos interesses da burguesia nacional” (AZEVEDO, 1979, p. 5). A proposta de Vargas era obter a união nacional em prol do desenvolvimento econômico mais autônomo e, portanto, seu discurso nacionalista baseava-se no princípio da harmonia entre as classes sociais, que deveriam estabelecer uma relação de colaboração. Isso era uma afronta ao princípio basilar do marxismo: a luta de classes. Portanto, nem mesmo na sua versão mais radical, o trabalhismo conseguiu fugir das críticas contundentes de Carlos Azevedo. Para ele, sua função era perpetuar a condição de exploração do proletariado, na medida em que afastava essa classe social de sua *verdadeira* consciência de classe e de seus *verdadeiros* interesses.

Num trabalho de memória (termo utilizado por Elizabeth Jelin em sua pesquisa [JELIN, 2002]), Carlos Azevedo aproveitou para destacar o vigor histórico do Partido Comunista do Brasil, que mesmo depois da perseguição e repressão ao longo da ditadura do Estado Novo, conseguiu se renovar e sair fortalecido diante de sua base. Tomando como referência o livro *Colapso do Populismo no Brasil*, de Otávio Ianni, Azevedo descreve o contexto de crise do Estado Novo. Conforme sua análise histórica acerca do ano 1945,

as massas operárias e populares demonstravam, como agora, uma grande disposição de participação política e tendiam a aproximar-se do Partido Comunista do Brasil, o partido que resistira heroicamente à ditadura. Vargas criou, então, o PTB. E como era

sensível aos novos ventos que sopravam, definiu-o como “a arma política do proletariado”. Isto é, a arma política que ele preferia que o proletariado empunhasse (AZEVEDO, 1979, p. 5).

O trecho acima suscita vários significados nas entrelinhas. Um deles, que já foi devidamente debatido neste artigo, é a tentativa de legitimar o PCdoB como herdeiro do partido comunista criado em 1922. Desta data até a ruptura em 1962, a sigla do partido era PCB, mas lia-se Partido Comunista do Brasil. Após o racha, o PCB passou a chamar-se Partido Comunista Brasileiro e o núcleo dissidente fica com o nome, mas associa-o à sigla PCdoB. Carlos Azevedo, ao referir-se à atuação do Partido Comunista em 1945, optou pelo nome por extenso e não pela sigla da época, provavelmente pensando em reafirmar a continuidade daquele PC em seu próprio partido.

Outra questão é a forte presença das ideias desqualificadoras do conceito de populismo. Ao longo de todo o artigo, Azevedo faz uso dos significados pejorativos que o termo carrega. No trecho acima, ele afirmou ser o PTB, desde sua origem, um partido desvinculado das demandas dos trabalhadores, já que Vargas o criara para enganar a classe operária, fazendo-a abraçar interesses que não eram seus. Além disso, na reconstrução da memória, Azevedo *esquece* que, em 1945, estourou no Brasil um movimento popular e nacional chamado *queremismo*, cujas reivindicações eram manter Getúlio Vargas na presidência da República e garantir as leis trabalhistas na nova Constituição (MACEDO, 2013). Naquele contexto de abertura política, o PC saiu da clandestinidade e optou por ingressar no movimento *queremista* e lutar pela pauta *Constituinte com Getúlio*, ou seja, trabalhistas e comunistas juntos em 1945. Mas *esquecer* deste fato fazia parte da estratégia de elaboração de memória sobre esse passado, que está intrinsecamente ligada aos embates políticos do presente de Carlos Azevedo. No processo mnemônico, o ato de esquecer é tão significativo quanto o ato de lembrar.

O autor continua seu texto explicando a desvantagem do Partido Comunista com relação ao PTB na disputa pela aproximação da classe trabalhadora. Enquanto o primeiro retornara à clandestinidade em 1947 e tivera seus militantes perseguidos, o segundo teria se ancorado no aparelho estatal do Ministério da Trabalho, que afastou “os dirigentes sindicais representativos da classe operária” e substituiu-os por uma “burocracia pelega e corrompida”. O dirigente pelego seria aquele que estaria sempre de acordo com as

orientações do Ministério do Trabalho, em detrimento das reivindicações dos trabalhadores. Portanto, sua função seria evitar que os sindicatos entrassem em atrito com os patrões ou com as autoridades estatais. Logo, para Azevedo, os sindicatos liderados por trabalhistas eram pelegos e não representavam os *reais* interesses da classe operária. Mesmo assim, acabavam atraindo trabalhadores “recém-chegados do campo e mais dóceis à manipulação paternalista e populista.” E por serem incultos, facilmente tornavam-se vítimas das demagogias dos políticos trabalhistas, votando neles.

A interpretação feita por Carlos Azevedo sobre a formação da classe operária brasileira remonta ao Grupo do Itatiaia – intelectuais que se reuniam, a partir da década de 1950, para refletir acerca dos problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil. Após muitos debates, concluíram que, por serem originários de um processo intenso de êxodo rural, os trabalhadores urbanos seriam herdeiros de camponeses desprovidos de experiências de luta e adeptos de tradições arcaicas. Por conseguinte, teriam dificuldade de perceber o sistema de exploração sob o qual viviam. Somando-se ao contexto de perda de hegemonia política da classe dirigente, essa condição seria, para eles, terreno fértil para o surgimento de lideranças carismáticas e persuasivas. Surgiria, a partir daí, o fenômeno do populismo, considerado por esses intelectuais, um entrave para o desenvolvimento do país (FERREIRA, 2001, p. 25). Esta interpretação intelectual da história do Brasil foi consolidada e reeditada várias vezes para desqualificar o trabalhismo, inclusive entre seus adversários políticos no campo das esquerdas. Era uma forma de explicar o fortalecimento do projeto criado por Vargas e a popularização dele por meio de figuras carismáticas da política brasileira de 1945 a 1964, como João Goulart e Leonel Brizola. Segundo seus adversários, o sucesso político e eleitoral do trabalhismo neste período só foi possível porque os trabalhadores e populares foram enganados, já que era representante dos interesses das elites.

Na reportagem de *Movimento*, Carlos Azevedo denuncia o PTB, por considera-lo um partido de caráter burguês, e suas práticas corruptas por consequência da composição elitista:

Como qualquer outro partido burguês, participava das mais esdrúxulas composições eleitorais locais e regionais, sem nenhum compromisso ideológico. Quando no poder, fazia a política dos poderosos, com algumas concessões secundárias aos trabalhadores. No capítulo da corrupção não

ficava a dever nada ao ademarismo e ao PSD. Tal pragmatismo não havia de embarçar o PTB, afinal um partido “operário” *sui generis*, cujos principais líderes em sua história foram grandes fazendeiros – Vargas, Jango e Brizola (AZEVEDO, 1979, p. 5).

O jornalista e militante do PCdoB rememorou a trajetória histórica do PTB com o objetivo de desqualificá-lo no contexto de transição política. Para ele, recriar o PTB, como queria Brizola, seria ilusório, pois a intenção seria:

formar um grande partido de massas, com um programa vagamente popular, de fronteiras tão amplas quanto imprecisas e cuja base “eleitoral, evidentemente” seja formada pelos marginalizados da cidade e do campo, mas também que agasalhe operários e empresários, assalariados rurais, camponeses e médios latifundiários (AZEVEDO, 1979, p. 5).

Conforme as formulações de Azevedo, a pretensão de Brizola seria alcançar o socialismo, mas um socialismo que dispensava a ortodoxia marxista, portanto, descabido e incoerente. Até admitiu a existência de um alto grau de miserabilidade entre camponeses sem terra e marginalizados das cidades, mas, seguindo sua lógica marxista, não conseguia conceber que esses grupos pudessem exercer um papel de vanguarda revolucionária. Evidentemente, na sua leitura marxista da realidade, esse lugar sempre foi do proletariado.

O que torna uma determinada classe mais ou menos revolucionária, em determinado momento histórico, não é o seu grau de miserabilidade, mas o papel objetivo que ocupa no processo produtivo. Por isso, não é um mero dogma da ‘ortodoxia marxista’ dizer que a classe operária é a única que tem interesse objetivo no socialismo e bate-se consequentemente por ele. A razão, todos sabem, mas nem sempre é lembrada, é que a classe operária é a única que produz socialmente. Isto é, que está inserida num processo produtivo já socializado e onde apenas a apropriação do fruto do seu trabalho é individual (AZEVEDO, 1979, p. 5).

A teoria científica do socialismo não poderia ser negligenciada, pois, sem ela, a classe operária, única revolucionária, não conseguiria alcançar a consciência da necessidade do socialismo. E, por outro lado,

o *lupem proletariado*⁹ – para quem Brizola dirigia-se seu discurso apenas para conseguir votos – não teria condições objetivas de assumir perspectiva para o futuro socialista, ou seja, não ocupariam lugar nas relações de produção. Sendo assim, seria fácil identificar a contradição da proposta brizolista: ou estaria elaborando uma utopia, ou simplesmente estaria mentindo ao prometer um futuro socialista. De qualquer forma, afirma, “eis-nos de novo diante de uma proposta populista”.

Na reportagem, Carlos Azevedo anunciou a tentativa de retorno do populismo e, com empenho, se esforçou para argumentar sobre os impactos negativos que poderiam ocorrer, caso a proposta vigorasse. Por outro lado, mostrou-se confiante com relação à incompatibilidade do populismo com o contexto de abertura política, de prestígio dos valores democráticos e crescimento do movimento operário independente. Terminou seus escritos constatando a inexistência de condições favoráveis para a reorganização do populismo nos mesmos moldes de antigamente, como queria Brizola.

Nesses quinze anos o imperialismo ampliou seu domínio da economia brasileira, grande parte da burguesia nacional, quando não se aliou ao capital estrangeiro, foi por ele absorvida. A média burguesia está debilitada. E o que é pior: está distante do poder. O que coloca outro problema: como chegar às massas trabalhadoras, sem ter o controle do ministério do Trabalho e sem poder manipular a legislação sindical para facilitar a penetração de seus membros nos sindicatos, como ocorreu no passado. Ainda mais que se nota na classe operária uma acentuada sensibilidade contra qualquer tentativa de se repetir a manipulação anterior (AZEVEDO, 1979, p. 5).

João Amazonas, em sua entrevista concedida ao jornal, também comentou sobre o PTB e ainda, o comparou com o PT, desqualificando dois adversários com uma cajadada só. Para ele, ambos eram propostas reformistas e, quando muito, socialdemocratas. Admitiu que os métodos de atuação, a orientação cotidiana e os dirigentes poderiam até ser diferentes,

⁹ O conceito de *lupem proletariado* foi definido por Karl Marx como uma massa conservadora, desorganizada e embrutecida com um líder medíocre. Aqui, Carlos Azevedo usa-o para descrever aqueles que seriam facilmente manipulados por discursos persuasivos de lideranças treinadas para serem oportunistas, como os trabalhistas.

mas o significado dos seus propósitos, do ponto de vista político-social, se equivaleriam, pois “teriam, no fundo, a mesma função – evitar que a classe operária adquirisse consciência de sua missão histórica, criar obstáculos para que os operários se agrupassem em torno de sua autêntica vanguarda” (AMAZONAS, 1979, p. 12), isto é, o Partido Comunista do Brasil.

Considerações finais

Assim como o PCdoB desarticulado após a Guerrilha do Araguaia, outros grupos da esquerda brasileira encontraram em *Movimento* uma oportunidade de expor suas ideias e continuar a luta política por uma via mais legal, já que, enquanto organizações políticas, continuavam na clandestinidade. Com o abrandamento da censura, a imprensa alternativa beneficiou-se, conseguindo conquistar um importante lugar nas lutas de oposição. *Movimento*, portanto, foi criado como um veículo de comunicação de uma frente de esquerdas. Mas apesar da diversidade, aos poucos, a hegemonia do PCdoB ficava evidente, tanto que o jornal passou a ser associado ao partido e, de fato, era uma importante referência para seus militantes.

O ano de 1979 foi um marco no processo de abertura política, sobretudo com o retorno de exilados e a instituição de novos partidos políticos. Essas medidas reorganizaram os embates do campo das oposições. Após a realização da VII Conferência Nacional, realizada na Albânia, o PCdoB debateu temas polêmicos dentro do partido, como a Guerrilha do Araguaia, e reviu sua posição política, atribuindo importância maior às manifestações operárias e confirmando a escolha de lutar por uma Assembleia Constituinte livremente eleita. Obviamente, estas questões apareceram, de certa forma, nas páginas de *Movimento*. Todavia, a partir da lei da anistia, em outubro de 1979, o PCdoB lançou o seu próprio jornal legal, a *Tribuna da Luta Operária*, provocando uma reviravolta em *Movimento*. Encontrando dificuldades para se adaptar à nova conjuntura, o jornal entrou numa crise profunda e foi extinto em 1981.

De qualquer forma, por alguns anos, *Movimento* serviu de suporte para militantes do PCdoB que pretendiam se reinserir nos debates políticos naquele contexto de mudanças e, por isso, teve um papel importantíssimo, contribuindo com a participação de militantes e dirigentes do PCdoB no jogo político em redefinição. Tentando se diferenciar do considerado *ultrapassado populismo*, disputando com o PCB

a herança do partido comunista criado em 1922 e respondendo aos ataques da *nova esquerda*, o PCdoB utilizou o jornal *Movimento* para (re)afirmar, por meio de discursos políticos, sua identidade de esquerda democrática e de legítimo representante das demandas de trabalhadores e populares na luta contra o regime ditatorial. Para isso, ressignificou seu lugar no passado histórico, em oposição aos seus adversários, elaborando um trabalho de memória, que foi objeto de reflexão deste artigo ao analisar suas falas veiculadas pela imprensa alternativa, tentando identificar seus interesses políticos explícitos ou expressos nas entrelinhas.

Referências

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria. Colección Memorias de la represión. Siglo veintiuno de Argentina editores*, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.
- MACEDO, Michelle Reis de. *Recusa do passado, disputa no presente. Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)*. Maceió: Edufal, 2015.
- _____. *O movimento queremista e a democratização de 1945. Trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado”. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). *História do Marxismo no Brasil. Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 239-288.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia – 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia – 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia – 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SALES, Rodrigues Jean. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia – 1964....* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1979.

Fontes

AMAZONAS, João. Entrevista. In: *Movimento*, n. 215, ago. 1979. p. 11-13.

AZEVEDO, Carlos. Arca de Noé ou Cavalos de Tróia? In: *Movimento*, n. 219, set. 1979. p. 5.

CARVALHO, Flávio. Comunistas: a batalha da legalidade. In: *Movimento*, n. 223, out. 1979. p. 7-9.

DUARTE, José. Entrevista. José Duarte volta da clandestinidade. In: *Movimento*, n. 228, nov. 1979. p. 10.

MOURA, Clóvis. O populismo no Brasil: inconsistente? In: *Movimento*, n. 214, ago. 1979. p. 21.

MOVIMENTO. Rio de Janeiro, n. 197, abr. 1979. p. 10.

PEREIRA, Duarte Pacheco. Do PT ao MDB. Por uma unidade popular que apresse o fim do regime. In: *Movimento*, n. 211, jul. 1979. p. 10.

PEREIRA, Duarte Pacheco. A Constituinte que queremos. In: *Movimento*, n. 228, nov. 1979. p. 8.

PRESTES, Luiz Carlos. Entrevista. In: *Movimento*, n. 207, jun. 1979. p. 9 e 10.

RABELO, Renato. Entrevista. In: *Movimento*, n. 208, jun./jul. 1979. p. 12.

Recebido: 31 de julho de 2016
Aprovado: 11 de setembro de 2016

Autor/Author:

MICHELLE REIS DE MACEDO michellemacedo.historia@gmail.com

- Professora Adjunta de História do Brasil da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). É membro do grupo de pesquisa Brasil Republicano - Pesquisadores em História Cultural e Política (UFF). Tem experiência na área de História do Brasil República, com ênfase nos estudos de História Política e é autora dos livros *Recusa do passado, disputa no presente. Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)* e *O movimento queremista e a democratização de 1945. Trabalhadores na luta por direitos*.
- Associate Professor in Brazilian History by the Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doctor in Social History by the Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). She is a member of the research group *Brasil Republicano - Pesquisadores em História Cultural e Política* (UFF). She has experience in the area of Brazilian Republic History, with emphasis in Political History and is the author of the books *Recusa do passado, disputa no presente. Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)* and *O movimento queremista e a democratização de 1945. Trabalhadores na luta por direitos*.